



SP-330 - Via Anhanguera  
km 289 - Autovias

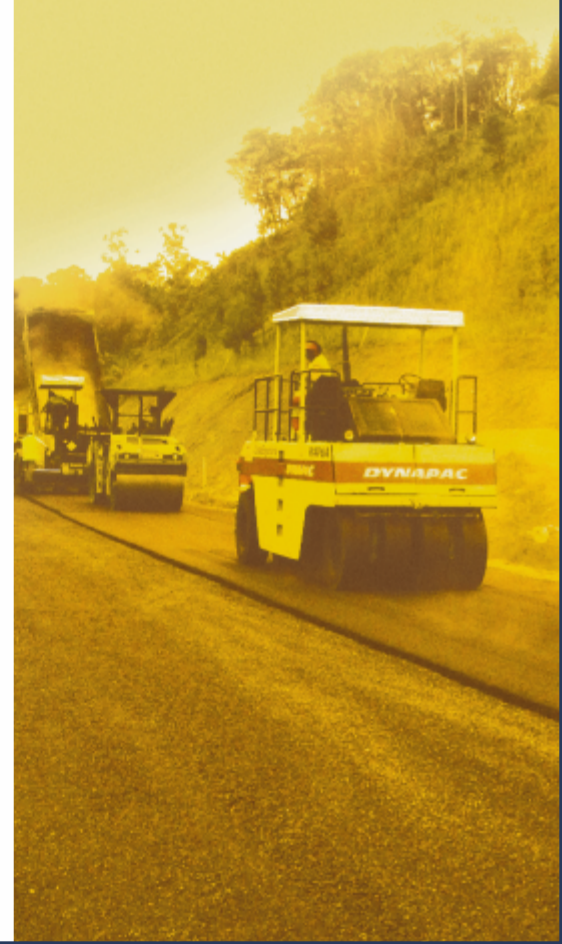
# Demonstrações Financeiras 2012

Arteris, uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, apresenta os seus resultados de 2012.

No último ano, investimos R\$ 1,2 bilhão na melhoria e expansão da infraestrutura rodoviária do país, por meio de nossas nove concessionárias, presentes em cinco estados brasileiros, de forma a garantir mais segurança, conforto e qualidade nos serviços prestados para todos os usuários.

Por nossas estradas, que conectam importantes centros econômicos, trafegaram 700 milhões de veículos equivalentes, em regiões que concentram a maior parte da população, renda e produção industrial nacionais.

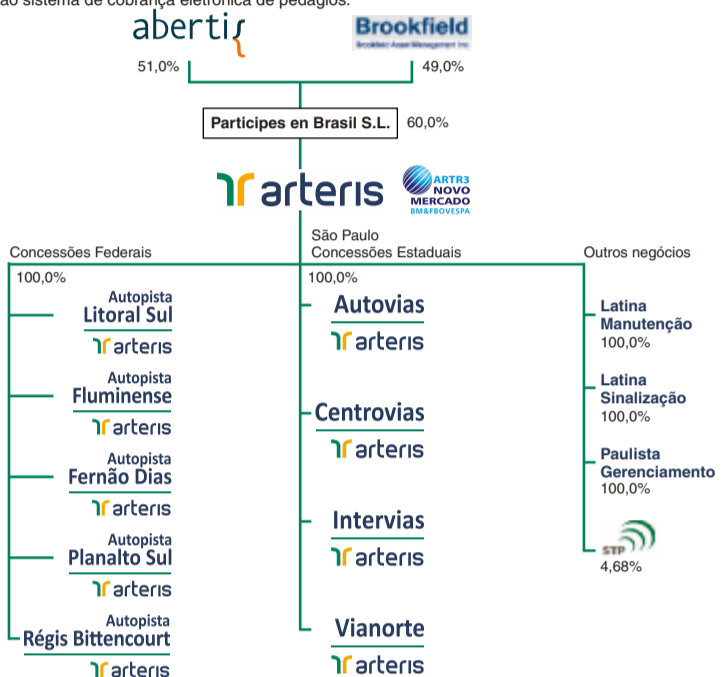
Iniciamos 2013 mais fortes, com novos acionistas. Abertis, a maior companhia em concessões no mundo, e o fundo canadense Brookfield, com mais de 100 anos de presença no mercado brasileiro, passam a deter 60% da companhia, em uma aliança estratégica que irá garantir mais crescimento para a Arteris e para o setor de infraestrutura do país.



### Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("arteris" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

■ **Perfil**  
A arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A arteris através de suas concessionárias opera e administra 3.226 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), e Paulista Gerenciamento Ltda. (Paulista), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.



### Setor de Concessões Rodoviárias

Em 31 de dezembro de 2012, existiam no Brasil 55 concessões rodoviárias entre estaduais, federais e municipais, além de Parcerias Público-Privada (PPPs), com aproximadamente 15,5 mil quilômetros administrados pela iniciativa privada. Segundo o último Relatório Anual da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em 2011, 1,5 bilhão de veículos foram pedagiados, e no mesmo período, as concessionárias faturaram R\$ 12,1 bilhões com a cobrança de pedágios, gastaram R\$ 3,9 bilhões com despesas operacionais, R\$ 575 milhões foram pagos ao Poder Concedente e R\$ 3,8 bilhões foram investidos na ampliação, recuperação, manutenção e modernização das rodovias.

### Conjuntura Econômica

A arteris é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a conjuntura da economia brasileira, em especial às taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2012, o desempenho da economia apresentou-se abaixo do esperado pelo mercado. No acumulado do período, o resultado foi positivo, porém substancialmente inferior ao PIB projetado no começo de 2012. O crescimento do PIB em 2012, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi de 0,9%, significativamente abaixo dos 4,5% projetados no início do ano. Ao longo do ano, como reflexo do cenário macroeconômico nacional e internacional, o Banco Central (BACEN) atuou reduzindo a taxa básica de juros de 11,0% para 7,25% no decorrer das reuniões realizadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) em 2012. Tal redução deu-se por conta do fato, já mencionado, de o PIB ao longo do ano não ter respondido com o crescimento esperado, e pelos efeitos que a crise financeira europeia trouxe à economia brasileira. Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2012 acumulou alta de 7,8% frente à alta de 5,1% verificada em 2011. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 6,5% em 2011 para 5,8% em 2012. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando, dessa forma, a arrecadação da Companhia.

### Eventos Relevantes

**Incorporação da Arteris (antiga OHL Brasil) pela Abertis e Brookfield**

**Histórico:** • Em 24 de abril de 2012, a Companhia informou que Abertis Infraestructuras S.A. e a controladora indireta da Companhia, Obrascon Huarte Lain, S.A. celebraram um acordo de intenções, que previa a integração, na Abertis, da Companhia indiretamente, por meio de reestruturação societária de sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia sediadas na Espanha. A operação consistirá na cisão parcial da OHL Concesiones S.A., subsidiária da OHL S.A. e titular de 100% do capital social de Participes em Brasil S.L. (que detém participação de 60% no capital social da Companhia), sendo que a parcela cindida seria incorporada pela Abertis. • Em 03 de agosto de 2012, a Abertis Infraestructuras S.A. e a controladora indireta da Companhia, OHL Concesiones S.A. celebraram um acordo para incorporação da Participes em Brasil S.L. pela Abertis. A operação será estruturada por meio da permuta de 100% do capital da Participes em Brasil em troca de (i) ações correspondente a 10% do capital da Abertis, (ii) absorção pela Abertis de passivos de OHL Concesiones com Participes em Brasil no valor de R\$ 1,2 bilhão e (iii) o pagamento de 10,7 milhões de Euros. Além disso, para viabilizar a operação, a Abertis formalizou um acordo com o fundo canadense Brookfield para a aquisição conjunta da Participes em Brasil. Finalmente, em 04 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes em Brasil S.L., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola com sede em Barcelona, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passaram de fato a ser titulares de 51% e 49% do capital da Participes em Brasil, respectivamente.

**Perfil dos novos controladores:** Abertis é uma companhia aberta listada há mais de 25 anos no mercado espanhol, membro do IBEX 35 desde sua fundação, com aproximadamente €9 bilhões (Euros) em valor de mercado e €23 bilhões (Euros) em ativos sob gestão. Atua em 12 países (excluindo Brasil) e três setores: concessões rodoviárias, infraestrutura de telecomunicação e aeroportos, possuindo 45 contratos envolvendo parcerias público privadas e 25 concessões rodoviárias ao redor do mundo. Com a incorporação da arteris, a Abertis tornou-se a líder mundial na gestão de rodovias. Brookfield é controlada indiretamente pela Brookfield Asset Management Inc., uma empresa listada em Nova Iorque e em Toronto com um valor de mercado de mais de US\$ 20 bilhões e mais de US\$ 150 bilhões de ativos sob gestão. A Brookfield Asset Management atua no Brasil desde 1899, com presença (direta ou indireta) em 11 Estados e no Distrito Federal e mais de R\$ 25 bilhões sob gestão. No Brasil a Brookfield atua principalmente nos segmentos imobiliário, energia renovável, infraestrutura e private equity. Abertis e Brookfield acreditam que, em conjunto, podem representar sólidos e estratégicos investidores para a Companhia, combinando a experiência da Abertis na administração de concessões rodoviárias, com mais de 3.700km sob sua administração distribuídos pela Europa e América Latina, com a experiência e conhecimento do mercado brasileiro detidos pela Brookfield, a qual se estabeleceu no Brasil há mais de 110 anos.

**OPA e Tag Along:** Considerando que, após sua conclusão, a operação de aquisição resultou na transferência indireta do controle da Companhia, Participes em Brasil e Brookfield protocolaram perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o pedido de registro para uma oferta pública (OPA) visando a aquisição de até a totalidade das Ações de emissão da Arteris, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da BMF&BOVESPA que garante direitos de Tag Along para os nossos acionistas minoritários. A minuta do edital da OPA encontra-se em análise pela CVM e está disponível no website da autarquia, além do website da arteris.

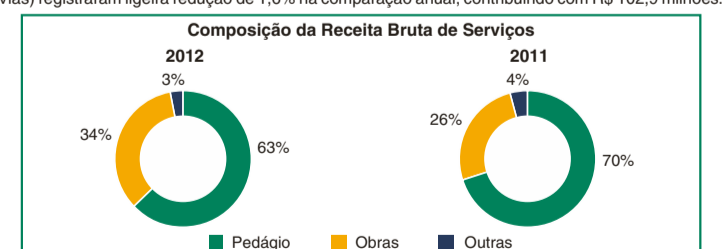
### Alteração da denominação social da Companhia

Em 20 de dezembro de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, Arteris S.A., passou a ser a nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), cujas ações passaram a serem negociadas na BMF&BOVESPA com o novo nome de pregão ARTERIS e sob novo código de negociação (tick) ARTR3.

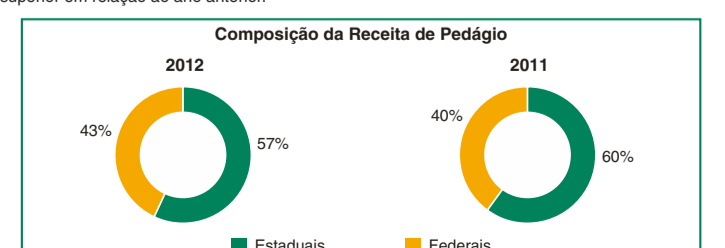
### Desempenho Econômico-Financeiro

#### Receita Bruta de Serviços

A receita bruta da arteris em 2012 apresentou crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 3,3 bilhões. Este resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 11% nas receitas de pedágio, que foram de R\$ 2,1 bilhão no período, sendo impulsionadas pelo aumento do tráfego de veículos e reajustes tarifários; e pelo aumento de 24,6% nas receitas de obras, que foram de R\$ 1,1 bilhão. No exercício, as outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias) registraram ligeira redução de 1,6% na comparação anual, contribuindo com R\$ 102,9 milhões.



**Receita de Pedágio:** A Companhia apresentou crescimento anual de 11% com receitas de pedágio em relação a 2011, totalizando R\$ 2,1 bilhões. Deste montante, 57% foram provenientes das concessões estaduais e 43% das concessões federais. Na comparação entre os períodos, as concessionárias estaduais cresceram 11,3%, com R\$ 1,2 bilhão, enquanto as federais tiveram melhora de 10,6%, com receitas de R\$ 904,7 milhões. O crescimento com a arrecadação de pedágio em 2012 foi suportado pelo aumento de 4,1% do tráfego de veículos e do reajuste da tarifa média consolidada, que foi 6,7% superior em relação ao ano anterior.



**Tráfego Pedagiado:** Em 2012, o volume consolidado do tráfego pedagiado da Companhia foi de 696.687 mil veículos equivalentes, o que significou um incremento de 4,1% em relação a 2011. Deste total, as concessionárias estaduais contribuíram com 189.694 mil veículos, registrando um crescimento de 4,1%, e as concessionárias federais, da mesma forma, apresentaram melhora de 4,1%, com um total de 506.993 mil veículos equivalentes. O crescimento anual do tráfego da arteris superou o crescimento da economia do país durante o período, o que em parte, pode ser justificado pelas constantes melhorias que a companhia vem implementando em suas estradas, principalmente nas concessões federais, e os importantes eixos econômicos interligados pelo conjunto de todas estas rodovias.

Veículos Equivalentes (Mil)	2012	2011	Var%
<b>Estaduais</b>	<b>189.694</b>	<b>182.180</b>	<b>4,1%</b>
Autovias	44.102	42.931	2,7%
Centrovias	50.696	47.642	6,4%
Intervias	60.471	58.534	3,3%
Vianorte	34.425	33.073	4,1%
<b>Federais</b>	<b>506.993</b>	<b>487.193</b>	<b>4,1%</b>
Planalto Sul	27.945	27.969	-0,1%
Fluminense	48.913	46.778	4,6%
Fernão Dias	160.707	153.191	4,9%
Régis Bittencourt	146.097	143.705	1,7%
Litoral Sul	123.331	115.550	6,7%
<b>Total</b>	<b>696.687</b>	<b>669.372</b>	<b>4,1%</b>

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2012 foi de 61,7% de veículos pesados e 38,3% de veículos leves nas concessões estaduais; e 73,7% de veículos pesados e 26,3% de veículos leves nas concessões federais. **Tarifa Média:** Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	2012	2011	Var%
<b>Estaduais</b>	<b>6,34</b>	<b>5,93</b>	<b>6,9%</b>
Autovias	6,67	6,25	6,7%
Centrovias	6,05	5,66	6,9%
Intervias	5,49	5,13	7,1%
Vianorte	7,85	7,34	6,8%
<b>Federais</b>	<b>1,78</b>	<b>1,68</b>	<b>6,3%</b>
Planalto Sul	3,31	3,11	6,5%
Fluminense	3,07	2,78	10,4%
Fernão Dias	1,40	1,30	7,4%
Régis Bittencourt	1,80	1,70	5,8%
Litoral Sul	1,41	1,36	4,1%
<b>Total</b>	<b>3,03</b>	<b>2,84</b>	<b>6,7%</b>

Em 2012, a tarifa média consolidada praticada pela arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,03, o que representou um incremento de 6,7% em relação à tarifa média de 2011. A tarifa média das concessões estaduais foi de R\$ 6,34, com aumento de 6,9% em relação ao ano anterior. Este incremento está relacionado aos reajustes realizados em julho de cada ano com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), e que foi de 4,26% em 2012 e de 9,77% em 2011. Já as concessões federais tiveram um aumento de 6,3% na comparação anual, com uma tarifa média de R\$ 1,78 ao final de 2012. As novas tarifas refletem os reajustes ocorridos em dezembro de 2011 (Autopistas Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul) e em fevereiro de 2012 (Autopistas Fluminense e Autopista Litoral Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

#### Alteração do Indexador de Tarifa nas Concessões Estaduais

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão entre a ARTESP ("Poder Concedente") e as concessionárias estaduais da Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M. O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. **Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 62,1% em 2012, contra 60,3% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 46,4% contra 42,7% em 2011.

#### Receita de Obras

No ano de 2012, a Companhia registrou R\$ 1,1 bilhão em receita de obras, valor 24,6% superior ao ano de 2011 em função da intensidade e aceleração da execução de obras nas rodovias federais. Do total das receitas de obras do exercício, 95,8% foram provenientes das concessões federais.

#### Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras da arteris totalizaram R\$ 102,9 milhões em 2012, com ligeira redução de 1,6% em relação ao exercício anterior.

#### Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

A arteris alcançou no ano de 2012 uma receita líquida total de R\$ 3,1 bilhões, um importante crescimento de 15% frente ao ano anterior, suportada principalmente pelo aumento do tráfego e reajustes tarifários. As deduções da receita, compostas principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam a evolução da receita de pedágios e de outras receitas, e encerraram o ano com R\$ 209,1 milhões, crescendo 11,5% em relação a 2011. Os tributos calculados sobre a receita de pedágios tomam como base as seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado para 2012 das empresas do Grupo:

Sociedades do Grupo (R\$ mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*			Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A+B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A+B)			
Autovias	270.629	30.406	301.035	(95.700)	(30.406)	(126.106)	174.929	213.006	78,7%
Centrovias	282.149	1.920	284.069	(106.306)	(1.920)	(108.226)	175.843	224.965	79,7%
Intervias	306.951	8.304	315.255	(101.070)	(8.304)	(109.374)	205.881	333.727	78,1%
Vianorte	248.185	5.783	253.968	(110.881)	(5.783)	(116.664)	137.304	57.989	195,293
<b>Estaduais</b>	<b>1.107.914</b>	<b>46.413</b>	<b>1.154.327</b>	<b>(413.957)</b>	<b>(46.413)</b>	<b>(460.370)</b>	<b>693.957</b>	<b>178.915</b>	<b>872,872</b>
Planalto Sul	83.156	141.487	224.643	(68.389)	(141.487)	(209.876)	14.767	10.586	25,353
Fluminense	135.849	188.980	324.829	(69.255)	(188.980)	(258.235)	66.594	6.166	72,760
Fernão Dias	205.846	258.781	464.627	(131.537)	(258.781)	(390.318)	74.309	18.895	93,204
Régis Bittencourt	240.767	268.618	509.385	(110.013)	(268.618)	(378.631)	130.754	10.751	141,505
Litoral Sul	158.076	212.858	370.934	(97.236)	(212.858)	(310.094)	60.840	10.643	71,483
<b>Federais</b>	<b>823.694</b>	<b>1.070.724</b>	<b>1.894.418</b>	<b>(476.430)</b>	<b>(1.070.724)</b>	<b>(1.547.154)</b>	<b>347.264</b>	<b>57.041</b>	<b>404,305</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>1.931.608</b>	<b>1.117.137</b>	<b>3.048.745</b>	<b>(890.387)</b>	<b>(1.117.137)</b>	<b>(2.007.524)</b>	<b>1.041.221</b>	<b>235.956</b>	<b>1.277.177</b>
Arteris Holding	-	-	-	(15.525)	-	(15.525)	(15.525)	-	(15,525)
Construtoras	-	471.902	471.902	-	(419.179)	(419.179)	52.723	-	52,723
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(401.850)	(401.850)	-	401.850	401.850	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.931.608</b>	<b>1.187.189</b>	<b>3.118.797</b>	<b>(905.912)</b>	<b>(1.134.466)</b>	<b>(2.040.378)</b>	<b>1.078.419</b>	<b>235.956</b>	<b>1.314.375</b>

\*Exclui depreciação e amortização.

#### Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2012	2011	2012/2011
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>102.565</b>	<b>156.510</b>	<b>-34,5%</b>
Juros Ativos	1.031	5.928	-82,6%
Aplicações Financeiras	89.427	145.249	-38,4%
Encargos Financeiros – Reversão de Ajuste a Valor Presente	11.267	2.923	-
Outras Receitas	840	2.410	-65,1%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(339.934)</b>	<b>(363.658)</b>	<b>-6,5%</b>
Encargos Financeiros	(263.613)	(305.752)	-13,8%
Atualização do Ônus da Concessão	(37.259)	(34.683)	7,5%
Encargos Financeiros – Reversão de Ajuste a Valor Presente	(26.719)	(7.831)	241,2%
Outras Despesas	(12.303)	(15.392)	-20,1%
<b>Variação Cambial, liq.</b>	<b>(28)</b>	<b>(61)</b>	<b>-54,1%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(237.397)</b>	<b>(207.209)</b>	<b>14,6%</b>

O resultado financeiro da arteris em 2012 foi negativo em R\$ 237,4 milhões, frente aos R\$ 207,2 milhões negativos registrados em 2011, representando uma variação de 14,6%. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:  
• Redução de 34,5% das receitas financeiras, refletindo principalmente a diminuição de 38,4% dos rendimentos das aplicações financeiras, que sofreram com a retração das taxas de juros, combinada com um menor montante médio de recursos disponíveis para aplicações em virtude de desembolsos vinculados à parcela não financeira do plano de investimentos da Companhia;  
• Redução de 6,5% das despesas financeiras, em parte impactadas positivamente pela gradual evolução do perfil de endividamento da arteris com aumento dos financiamentos oriundos do BNDES que possuem custos financeiros mais reduzidos.  
• Além da atualização monetária do ônus da concessão que sofreu aumento de 7,5%, sendo indexado ao IGP-M e pelas variações nas reversões de Ajustes a Valor Presente (AVP), tanto nas receitas financeiras (+ R\$ 8,3 milhões), quanto nas despesas financeiras (+ R\$ 18,9 milhões) em função da mudança/antecipação do cronograma de manutenção e investimentos nas rodovias da Companhia.

#### Lucro Líquido

Em 2012, o lucro líquido alcançado pela arteris foi de R\$ 403,6 milhões, em linha com o registrado no ano anterior, sendo impactado pelo resultado financeiro e um aumento dos custos "não caixa" (amortizações, depreciações e provisões para manutenção de rodovias), acompanhando a aceleração dos investimentos da Companhia principalmente em suas rodovias federais.

#### Endividamento

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida da Companhia totalizava R\$ 2,4 bilhões, com aumento de 34,7% ou R\$ 623,5 milhões em relação ao ano anterior. A dívida líquida no final de 2012 representava 1,9 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2012	31/12/2011	Var%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>3.234.652</b>	<b>3.098.442</b>	<b>4,4%</b>
Curto Prazo	472.786	426.332	10,9%
Longo Prazo	2.761.866	2.672.110	3,3%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>814.312</b>	<b>1.301.623</b>	<b>-37,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	681.437	1.178.454	-42,2%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	132.875	123.169	7,9%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.420.340</b>	<b>1.796.819</b>	<b>34,7%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos

Este aumento de R\$ 623,5 milhões deveu-se, principalmente, aos seguintes movimentos realizados

#### Custos e Despesas Operacionais

Em 2012, os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, custo dos serviços de construção e provisão para manutenção, foram de R\$ 689,3 milhões, crescendo



### ... continuação do Relatório da Administração

#### Manutenção das Rodovias

No ano de 2012, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 141,1 milhões. É importante destacar que por se tratarem de concessões em período inicial, as concessionárias federais ainda não apresentaram desembolso de caixa referente a manutenção. Os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2013.

#### Investimentos

Em 2012, as concessionárias estaduais e federais das Arteris desembolsaram R\$ 1,1 bilhão com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que 95,7% em obras direcionadas às concessionárias federais, as quais continuam desenvolvendo os investimentos previstos nos contratos de concessão. Os recursos investidos foram 26,2% superiores aos do ano de 2011. As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes: **Autopista Fluminense:** Obras de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11, após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta primeira fase, estão sendo investidos cerca de R\$ 200 milhões. O projeto, que é uma das principais obras a ser executada pela Companhia, prevê a duplicação de 176,6 quilômetros, sendo que deste total, além das obras já em execução, foi emitido pelo IBAMA em junho de 2012, licença prévia ("L.P."), que precede a licença de instalação, para a duplicação de adicionais 70,9 km da rodovia. Adicionalmente, em outubro de 2012, tiveram início as obras da Avenida do Contorno, no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia, com a ampliação da capacidade viária. Também durante o ano, foram concluídas as obras de construção de 5 novas passarelas, de uma nova base operacional em São Gonçalo (RJ) e de uma ponte no município de Itaboraí (RJ).

**Autopista Fernão Dias:** A principal obra em andamento na rodovia é a implantação do contorno de Beím (MG) possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que atualmente trafega pelo município. Em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa do projeto, incluindo a construção de um trevo em desnível, e tiveram início as obras de 5,4 quilômetros da segunda etapa. O projeto prevê investimentos totais da ordem de R\$ 35 milhões. Em 2012, a Autopista Fernão Dias também concluiu a construção de 13 passarelas e realizou diversas obras de melhorias de acesso à rodovia durante o período, incluindo a construção de 4 quilômetros de ruas laterais.

**Autopista Régis Bittencourt:** O final de 2012 e início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros da Serra do Cafezal (BR-116/SP). A concessionária já havia concluído e liberado 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP), incluindo 2 trevos em desnível, e aguardava a licença ambiental para dar início à fase final das obras. Esta fase, que deverá durar por pelo menos 3 anos, contemplará a construção de 4 túneis e 35 pontes e viadutos, com início programado para abril de 2013 e contando com um investimento de no mínimo R\$ 700,0 milhões. Durante o ano de 2012, foram também construídas 17 passarelas e concluídas obras de reforço estrutural, recuperação e alargamento de 19 pontes e viadutos.

**Autopista Planalto Sul**  
Durante o último exercício, a concessionária teve como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandrituba (PR), dos quais encontra-se em andamento trecho de 8 quilômetros até Fazenda Rio Grande (PR), após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. O projeto tem previsão de investimentos de R\$ 62,4 milhões. A rodovia também recebeu o reforço estrutural e alargamento de 9 pontes durante 2012, além de 3 novas passarelas, e concluiu obras de melhoria de interação no entroncamento da rodovia BR-116/SC com a BR-470/SC.

**Autopista Litoral Sul**  
Em 2012, a concessionária concluiu a construção de 2,7 quilômetros de ruas laterais no município de Camboriú (SC), 1,5 quilômetro em Itapema (SC), 2,8 quilômetros no município de Tijucas (SC), 5,2 quilômetros em Itajaí (SC) e 0,4 quilômetro em Biguaçu (SC). Foram também finalizados 2 trevos em desnível, sendo um no distrito industrial de São José dos Pinhais (PR) e outro no entroncamento do Contorno Leste de Curitiba (BR-116/PR) com a rodovia PH-09, Estrada da Graciosa. A concessionária também terminou em 2012, obras de reforço estrutural e alargamento de 3 viadutos, implantou uma nova ponte, construiu 6 passarelas e uma base operacional em Biguaçu.

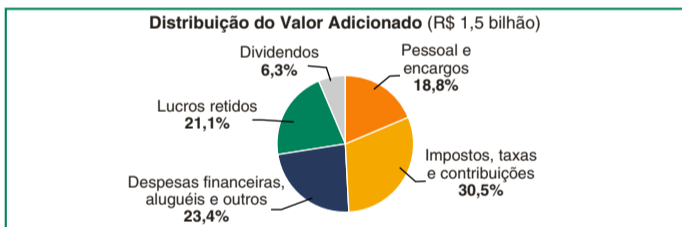
**Redes de fibra ótica e Centros de Controle Operacional (CCO):**  
A Companhia concluiu a implantação de redes de fibra ótica ao longo de todo o trecho concedido de suas 5 rodovias federais, proporcionando a operacionalização de Centros de Controle Operacional (CCO) em cada uma das respectivas concessionárias. Os CCO's são dotados de um conjunto de sistemas integrados e contam com avançados recursos tecnológicos, incluindo o monitoramento por câmeras para o recebimento de informações em tempo real, o que auxilia o planejamento das operações e ações rápidas em situações críticas. Este sistema tem o objetivo de aumentar a segurança e o conforto do usuário das rodovias. Com a rede de fibra ótica implantada, os CCO's passarão a contar com 846 câmeras nas rodovias federais. A rede também possibilitará futuramente a instalação de call boxes (telefones de emergência) ao longo das rodovias para o uso dos usuários.

#### Investimentos e Manutenção Esperados para 2013

A expectativa da Companhia é de investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão em suas rodovias federais e de aproximadamente R\$ 140 milhões nas rodovias estaduais. Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos será de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, incluindo os montantes relacionados à manutenção.

#### Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2012, em termos consolidados, valor adicionado de R\$1,5 bilhão, 2,7% superior ao de 2011. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$3,3 bilhões), menos custos relativos a concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$2,0 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$140,8 milhões).



#### Mercado de Capitais

O valor de mercado da Arteris, ao final do ano, totalizou R\$ 6,5 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$18,95 por ação em 28/12/2012. Esse preço corresponde a uma valorização de

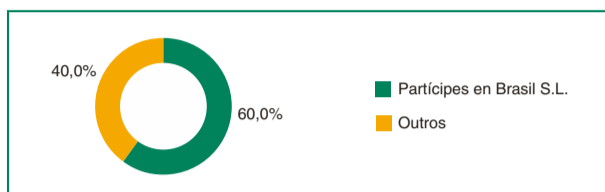
55,3% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 7,4%. Negociadas sob o código ARTR3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$4,05 bilhão no ano.

#### Evento Relevante: Desdobramento de ações

Ao longo de 2012 a Companhia focou em iniciativas com o objetivo de fomentar a liquidez de suas ações, buscando sempre uma maior proximidade com seus investidores e o mercado de capitais em geral. Em maio de 2012 as ações da Companhia foram desdobradas na proporção de 1:5, passando no mês seguinte a integrar o índice MSCI Brazil e em setembro no IBX – Índice Brasil que reúne as 100 empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. Neste sentido, é importante destacar o salto de liquidez e de negociação das ações da Arteris entre 2011 e 2012. Enquanto em 2011 a média diária de negócios foi de 260, 2012 registrou média de 1.865 negócios, 7,2 vezes mais na comparação entre os períodos. E o volume financeiro passou de uma média diária de R\$ 5,4 milhões em 2011, para mais de R\$ 16,5 milhões em 2012, uma melhora de 202,6%.

#### Composição Acionária

As ações da Arteris fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IBX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado e SMLL – Índice Small Cap, e passaram também a compor o índice MSCI Brazil em junho de 2012. O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, representado por uma única classe de 344.444,44 ações ordinárias.



#### Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 14 de maio de 2012, a Companhia efetuou pagamento de R\$ 120,3 milhões a título de distribuição de dividendos, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012. Os dividendos pagos, que corresponderam, a R\$ 1,74622096164479 por ação, somaram-se aos R\$ 74,9 milhões intermediários pagos em dezembro de 2011, totalizando R\$ 195,2 milhões em dividendos em relação aos resultados da Arteris do exercício de 2011. Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2012, a Companhia distribuiu aos seus acionistas, no dia 17 de dezembro, dividendos intermediários no montante total de R\$ 72,3 milhões, representando R\$ 0,21 por ação da Arteris. O valor será imputado integralmente ao dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído em referência ao exercício de 2012.

#### Profissionais

O quadro de pessoal da Arteris ao final de 2012 totalizou 6.839 funcionários, 10,5% maior em relação a 2011.

Quadro de Pessoal	2012	2011	Var. %
Arteris (Holding)	116	117	-0,9%
Concessionárias Estaduais	1.347	1.321	2,0%
Autovias	201	205	-2,0%
Centrovias	323	315	2,5%
Intervias	561	562	-0,2%
Vianorte	262	239	9,6%
Concessionárias Federais	2.702	2.137	26,4%
Litoral Sul	555	288	92,7%
Planalto Sul	263	184	42,9%
Fluminense	270	249	8,4%
Fernão Dias	978	873	12,0%
Régis Bittencourt	636	543	17,1%
Paulista	4	270	-98,5%
Latina Manutenção	2.497	2.170	15,1%
Latina Sinalização	173	176	-1,7%
<b>Total</b>	<b>6.839</b>	<b>6.191</b>	<b>10,5%</b>
Rotatividade	7,58%	5,71%	

Dos novos funcionários adicionados ao longo do ano, a maior parte foi adicionada na Autopista Litoral Sul, que internalizou sua equipe de arrecadadores de pedágio, e nas demais concessões federais, que receberam profissionais com funções de gerenciamento de investimentos e obras realocados da Paulista Infraestrutura, como parte de um processo de reestruturação entre as empresas do grupo. Também se destaca a adição de pessoal na Latina Manutenção, construtora do grupo que intensificou o cronograma de execução de obras nas rodovias federais. Do total de funcionários da Companhia, 39,5% estão alocados nas concessionárias federais, 19,7% nas estaduais, 39,1% nas construtoras do grupo e o restante, ou 1,7% em sua holding.

#### Responsabilidade Social e Ambiental

Aliado às ações de Responsabilidade Social e Ambiental, em 2012 destaca-se a intensa atividade do Programa Voluntários, criado em 2011 para incentivar e apoiar as ações voluntárias dos profissionais da Arteris S.A. e empresas por ela controladas (Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte as autopistas Fernão Dias, Fluminense, Litoral Sul, Planalto Sul e Régis Bittencourt). As ações se voltaram para as instituições que dão assistência a crianças, idosos e pessoas doentes. A atuação da companhia em 2012 manteve suas ações nos setores da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente com o desenvolvimento de programas e atividades que demonstram seu compromisso com a sustentabilidade (compromisso presente na política da qualidade e meio ambiente) e a prática de relacionamento com as comunidades lindeiras. Acrescentou-se projetos de incentivo ao Esporte, selecionados criteriosamente e como apoio à participação do Brasil nas Olimpíadas de 2016. Cultura e Esporte utilizam as leis de Incentivo Fiscal.

#### Voluntariado

A missão do Programa Voluntários é promover o voluntariado transformador por meio da cidadania, contribuindo para o bem comum e para a construção de um mundo melhor. O programa se estende a todos os profissionais das empresas da Arteris com objetivos abrangentes para a empresa, para os profissionais e para a sociedade. No caso da empresa, auxilia no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais, agrega valor aos negócios, fortalece a imagem da Arteris sob o aspecto de empresa cidadã e cria vínculos de relacionamento com a sociedade. Contribui para o desenvolvimento

pessoal e profissional do voluntário, ajudando-o a descobrir talentos e potencialidades, aumentar seu círculo de amizades, sentir-se bem e aprender a desenvolver atividades com sustentabilidade, além de desenvolver e fortalecer o espírito de trabalho em equipe, o que resulta também em benefício para a empresa, pois o profissional adquire e/ou fortalece o caráter da colaboração. Para a sociedade organizada, o Voluntário contribui para o desenvolvimento e inclusão social, pois auxilia na redução de problemas sociais e na construção de um mundo mais justo, com mais qualidade de vida.

#### Educação e Segurança Viária

Consolidado ao longo de 12 anos, o Projeto Escola é o mais abrangente programa da companhia na área educação e humanização do trânsito. Em parceria com a Polícia Rodoviária, o programa capacita professores da rede pública para trabalhar o tema da cidadania em sala de aula. Inseriu-se, de forma apropriada, nas atividades da Década Mundial de Ações de Trânsito, lançada pela ONU (Organização das Nações Unidas). Os números de 2012 indicam o envolvimento de mais de 157 mil alunos, 8 mil educadores e 259 escolas de 53 municípios do Estado de São Paulo. Além disso, o Projeto Escola coordena vários subprogramas que evidenciam a atenção para a segurança viária. Esses programas são: **Viva Motorista**, **Viva Ciclista**, **Viva Motociclista**, **Passarela Viva** e **Viva Meio Ambiente**, que se realizam com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os usuários de motocicletas, bicicletas e demais veículos para as questões inerentes à segurança própria e de terceiros. No caso da Passarela Viva, estimula e orienta os moradores de comunidades às margens das rodovias, para o uso correto das passarelas. O Viva Meio Ambiente visa conscientizar a população que vive na área de influência das rodovias federais sobre a importância da preservação ambiental para a melhor qualidade de vida. Além dos programas próprios desenvolvidos, a companhia trouxe para estúdios, pesquisadores e autoridades de trânsito, por meio de patrocínio, o livro Segurança Viária, produzido por equipe comandada pelo professor Antonio Clóvis Pinto Ferraz, da Escola de Engenharia da USP, campus de São Carlos. O livro apresenta estudos essenciais para que se realizem ações eficientes para que haja a redução de acidente de trânsito.

#### Saúde

O Viva Saúde se realiza com o objetivo de permitir que os caminhoneiros recebam orientação e atenção na questão da saúde. Como usuários frequentes, nem sempre esses profissionais possuem condições de cuidar de sua saúde. Assim, o programa ajuda-os a, de forma preventiva, realizar exames e receber orientações sobre qualidade de vida e boas condições de saúde para exercerem com segurança sua profissão. São realizados exames gratuitos de glicemia, triglicérides, pressão arterial, avaliação do câncer bucal, medição do índice de massa corpórea, além de vacinações contra febre amarela e hepatite B, entre outras doações. O programa conta com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado, dos municípios e de escolas de medicina e enfermagem.

#### Meio Ambiente

As concessionárias da Arteris S.A. investem em programas ambientais que resultem em melhoria da qualidade de vida de usuários e da população do entorno das rodovias. Por meio do Sistema de Gestão Ambiental, as empresas acompanham a execução dos programas de Monitoramento de Recursos Hídricos, Educação Ambiental, Recuperação de Passivos Ambientais, Monitoramento e Atropelamento da Fauna. Destaca-se, para efeito de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, o plantio de mudas de vegetação nativa, e o programa de Monitoramento de Fauna para prevenir acidentes com esses animais e garantir a segurança do usuário da rodovia.

#### Cultura

A Arteris S.A. dedicou seu apoio prioritário à Cultura com manifestações coletivas, cujos principais projetos apoiados foram:

- 12ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto: considerada uma das quatro mais importantes do País, reuniu artistas e escritores em Ribeirão. Além da feira, foram realizados centenas de eventos culturais e gratuitos, como shows musicais, debates, saraus, exposições.
- Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto: segunda mais antiga do País, a Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. O apoio tem como objetivo levar a música erudita para populações de diversos matizes e que, normalmente, não tem oportunidade de assistir a concertos sinfônicos como os realizados pela Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. Assim, a orquestra se apresenta em praças públicas e em teatros, gratuitamente, para as cidades de Araraquara, São Carlos, Jau, Rio Claro, Varginha, etc.
- Escola do Teatro Bolshoi de Joinville: é a única escola do Bolshoi fora a Rússia, onde tem sua sede. Tem como objetivo dar formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade.
- 8º Festival Chorando Sem Parar de São Carlos: é a nona vez que a companhia patrocina esse festival realizado na cidade de São Carlos. É considerado o maior do País dedicado a esse estilo musical e reuniu vários artistas e grupos para apresentar 12 horas ininterruptas de shows, além de oficinas, workshops e clínicas com os músicos participantes.
- Beethoven para pensar: espetáculo de montagem e encenação da 9ª Sinfonia de Beethoven no Teatro Pedro II, em Ribeirão Preto.
- Caminhos de Leitura: uma feira de livros itinerante (30 cidades em 2012), para difundir a leitura e o uso de livro como instrumento de cultura e formação. São realizadas oficinas, workshops, teatros, filmes, palestras, debates, exposições e contação de livros.

**Esporte:** Com fundamento na Lei de Incentivo ao esporte, a Arteris patrocinou os seguintes projetos em 2012: - Kimono de Ouro, cujos beneficiários são mais de 100 atletas nas idades de 7 a 30 anos que desenvolvem-se no esporte não só com o espírito de competição, mas, e também, em busca da inclusão social, humano e profissional. Recebem, por meio do patrocínio, assistência com coordenador técnico, preparador físico, psicólogo, fisioterapeuta, quimono para luta, uniforme para viagem e transporte. Três atletas se destacam com grandes expectativas de se tornarem atletas olímpicos do Brasil. - Esportes aquáticos, do Esporte Clube Pinheiros: o clube é um dos que mais fornecem atletas para as seleções brasileiras em 28 modalidades olímpicas. A natação é um dos esportes onde mais o clube se destaca, graças ao nível dos atletas que lá competem nessa modalidade.

#### Agradecimentos

A Arteris gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de seus profissionais pelo empenho e dedicação.

#### Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

#### Considerações Finais

**Relacionamento com Auditores Independentes**  
Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratou a BDO RCS Auditores Independentes S.S. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

#### Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 5 de março de 2013.

### Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explic.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Ativos circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.419	18.448	681.437	1.178.454
Contas a receber	6	-	-	111.014	99.159
Contas a receber – partes relacionadas	14	156.082	128.584	90	94
Estoques	-	-	-	8.878	9.540
Despesas antecipadas	-	98	149	9.076	6.294
Impostos a recuperar	-	10.358	10.015	23.772	25.992
Dividendos a receber	14	19.840	50.920	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	63.299	67.132
Outros créditos	-	218	531	2.339	3.668
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>198.015</b>	<b>208.647</b>	<b>899.905</b>	<b>1.390.333</b>
<b>Não circulantes</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	69.576	56.037
Contas a receber – partes relacionadas	14	345.000	371.000	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	9	31
Caucões contratuais	-	238	86	290	100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	120.796	84.655
Depósitos judiciais	-	4.577	4.322	14.709	14.603
Outras contas a receber	-	114	26	216	128
Investimentos em controladas e coligadas	9	1.709.747	1.424.963	1.053	1.053
Imobilizável	10	5.489	5.508	47.208	52.617
Intangível	11	605	446	4.894.658	3.934.726
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.065.770</b>	<b>1.806.351</b>	<b>5.148.515</b>	<b>4.143.950</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>2.263.785</b>	<b>2.014.998</b>	<b>6.048.420</b>	<b>5.534.283</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explic.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	109.145	59.211
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	14	167.578	128.517	-	-
Debêntures	13	-	-	363.641	367.121
Fornecedores	-	720	1.211	109.344	113.541
Obrigações sociais	-	7.222	6.293	59.878	49.240
Obrigações fiscais	-	1.521	2.135	73.451	63.190
Contas a pagar – partes relacionadas	14	274	2.077	258	932
Caucões contratuais	-	13	13	42.818	35.556
Taxa de fiscalização	-	-	-	2.919	2.750
Dividendos propostos	-	20.114	17.809	20.114	17.809
Credores pela concessão	15	-	-	67.932	64.096
Provisão para manutenção	16	-	-	80.614	37.796
Provisão para investimentos	16	-	-	56.336	58.535
Sinistros Recebidos	-	-	-	54.658	72.154
Outras contas a pagar	-	170	176	4.559	3.549
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>197.612</b>	<b>158.231</b>	<b>1.045.667</b>	<b>945.480</b>
<b>Não circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	1.874.329	1.471.136
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	14	371.000	356.000	-	-
Debêntures	13	-	-	887.537	1.200.974
Fornecedores	-	89	-	601	-
Credores pela concessão	15	-	-	258.691	287.196
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	-	-	10.176	5.656
Receita diferida	-	-	-	398	384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	52.698	30.202
Provisão para manutenção	16	-	-	252.115	183.124
Provisão para investimentos	16	-	-	54.905	6.575
Outras contas a pagar	-	-	-	4.219	5.105
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>371.089</b>	<b>356.000</b>	<b>3.395.669</b>	<b>3.190.352</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	-	679.970	592.124	679.970	592.124
Reservas de lucros	-	1.037.385	930.914	949.385	828.598
Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	-	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	-	1.695.084	1.500.767	1.607.084	1.398.451
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>2.263.785</b>	<b>2.014.998</b>	<b>6.048.420</b>	<b>5.534.283</b>

### Demonstração do Resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explic.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>18</b>	<b>-</b>	<b>3.118.797</b>	<b>2.712.120</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<b>19</b>	<b>-</b>	<b>(2.105.570)</b>	<b>(1.751.798)</b>
<b>Outras receitas</b>					
Equivalência patrimonial	9	404.329	401.281	-	-

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do período	389.250	390.424	403.566	404.396
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1.328	1.012	241.519	203.972
Baixa de ativos permanentes	93	142	10.898	33.888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(13.645)	5.296
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	-	-	38.617	34.683
Recursos com aplicações financeiras vinculadas	-	-	(9.988)	(11.700)
Juros e variações monetárias de empréstimos	831	(3.894)	107.780	70.712
Juros e variações monetárias de debêntures	-	-	156.236	226.395
Despesa (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	-	-	17.278	1.779
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	5.496	(1.705)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-	-	92.557	58.083
Equivalência patrimonial	(404.329)	(401.281)	-	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(11.855)	(14.731)
Contas a receber – partes relacionadas	4.714	4.704	4	(3)
Estoques	-	-	662	(6.531)
Despesas antecipadas	51	(19)	(2.760)	(461)
Impostos a recuperar	7.024	(1.187)	3.741	1.163
Outros créditos	313	(194)	1.329	1.127
Cauções contratuais	(252)	(3)	(190)	(3)
Depósitos judiciais	(125)	(331)	(106)	(313)
Outras contas a receber	(87)	11	(87)	(77)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	(413)	1.031	(61.553)	54.599
Fornecedores – partes relacionadas	-	-	(674)	63
Cauções contratuais de fornecedores	-	-	1.422	3.938
Obrigações sociais	929	825	10.588	8.272
Obrigações fiscais	(2.982)	894	175.628	135.446
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(164.772)	(124.290)
Recursos diferidos	-	-	14	(117)
Contas a pagar – partes relacionadas	(696)	19.279	-	-
Sinistros Recebidos	-	-	(13.498)	45.473
Outras contas a pagar	(6)	57	8.826	(9.369)
Créditos pela concessão	-	-	229	322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-	-	(976)	(2.857)
Pagamento de juros – federais	-	-	(131.478)	(85.407)
Outros passivos	-	-	27.217	(880)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(4.387)	11.470	892.000	1.031.163
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.190)	(854)	(6.300)	(16.381)
Aquisições de itens do Intangível	(371)	(225)	(1.100.125)	(860.331)
Aplicação financeira vinculada	-	-	(379.830)	(408.906)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	-	-	378.591	392.138
Adições aos investimentos	(192.000)	(108.809)	-	-
Recebimento de dividendos – exercícios anteriores	161.370	153.627	-	-
Recebimento de juros sobre o capital próprio	20.808	-	-	-
Recebimento de dividendos	159.185	29.846	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	147.802	73.585	(1.107.664)	(893.480)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos e financiamentos:				
Captações	-	-	505.384	773.596
Pagamentos	-	-	(55.401)	(225.609)
Pagamentos – juros	-	-	(2.040)	(7.306)
Debêntures:				
Emissão de Debêntures	-	-	-	-
Pagamentos de debêntures – principal	-	-	(337.123)	(266.538)
Pagamentos de debêntures – juros	-	-	(136.030)	(199.268)
Pagamento de credores pela concessão	-	-	(63.515)	(59.418)
Pagamento de dividendos	(192.628)	(143.513)	(192.628)	(143.514)
Empréstimos empresas Ligadas	15.000	-	-	-
Outros pagamentos de Juros	27.184	-	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(150.444)	(143.513)	(281.353)	(127.517)
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(7.029)</b>	<b>(58.458)</b>	<b>(497.017)</b>	<b>10.166</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>18.448</b>	<b>76.906</b>	<b>1.178.454</b>	<b>1.168.288</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>11.419</b>	<b>18.448</b>	<b>681.437</b>	<b>1.178.454</b>

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**  
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Prestação de serviços	-	-	2.135.110	1.898.802
Receita dos serviços de construção	-	-	1.117.137	896.233
Outras receitas	-	-	75.675	104.591
	-	-	3.327.922	2.899.626
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
Custo dos serviços de construção	-	-	1.117.137	896.233
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	243.552	253.174
Custo da concessão	-	-	133.401	106.079
Custos de provisão de manutenção em rodovias	-	-	235.957	183.125
Outros	-	-	22.018	9.226
	-	-	1.752.065	1.447.837
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.328</b>	<b>1.012</b>	<b>241.519</b>	<b>203.972</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(1.328)</b>	<b>(1.012)</b>	<b>241.519</b>	<b>203.972</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido (retido)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	404.329	401.281	-	-
Receitas financeiras	50.216	63.266	102.566	156.510
Dividendos recebidos	5.367	4.668	5.367	13.822
Juros capitalizados	-	-	28.882	-
Outros	3.763	3.423	3.988	17.894
	463.675	472.638	140.803	188.226
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>462.347</b>	<b>471.626</b>	<b>147.853</b>	<b>143.043</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	5.373	3.857	199.941	176.875
Benefícios	726	739	60.373	45.321
FGTS	595	564	16.025	13.612
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais (incluindo IOF)	5.098	4.896	327.324	311.452
Estaduais	219	35	531	4.702
Municipais	49	46	122.299	104.870
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	-	55.393	276.468	313.928
Juros capitalizados	-	-	28.882	17.249
Aluguéis	1.231	868	10.167	8.498
Outras	13.853	14.804	29.201	29.169
Remuneração de capitais próprios:				
Juros	45.953	-	-	-
Juros capitalizados	92.447	92.726	92.447	92.726
Dividendos	296.803	297.698	311.119	311.670
Lucro do período	462.347	471.626	1.475.141	1.436.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

**1 Contexto Operacional**

A Arteris S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações, domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913 – 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações trimestrais da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais: • Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços. • Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil. • Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral. • Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessão de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral. • Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente. A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 março de 2013. **Transferência do controle acionário:** Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Arteris Infraestruturas S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Arteris e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Participes em Brasil, respectivamente. A Arteris S.A. ("Arteris" ou "Sociedade"), nova denominação social da Obracon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Sociedade para a Arteris e Brookfield. Arteris é uma companhia aberta listada no mercado espanhol, membro do IBEX 35 desde sua fundação, possuindo, nesta data, aproximadamente €9 bilhões (Euros) em valor de mercado e €23 bilhões (Euros) em ativos sob gestão. Atua em 12 países (excluindo Brasil) e três setores: concessões rodoviárias, infraestrutura de telecomunicação e aeroportos, possuindo 45 contratos envolvendo parcerias público privadas e 25 concessões rodoviárias ao redor do mundo. Brookfield é controlada indiretamente pela Brookfield Asset Management Inc., uma empresa listada em Nova Iorque e em Toronto com um valor de mercado de mais de US\$ 20 bilhões e mais de US\$ 150 bilhões de ativos sob gestão. A Brookfield Asset Management atua no Brasil desde 1899, com presença (direta ou indireta) em 11 Estados e no Distrito Federal e mais de R\$ 25 bilhões de ativos sob gestão. No Brasil a Brookfield atua principalmente nos segmentos imobiliário, energia renovável, infraestrutura e private equity.

**2 Concessões**

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2012, em concessões rodoviárias do rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:

**Concessionárias estaduais**

**Autovias S.A. ("Autovias"):** A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araçuaia, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10. A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. **Obras:** Na SP 255 – Rodovia Antônio Machado Sant'anna: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35. • Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77. Na SP 318 – Rodovia Engenheiro Thales de Lencina Pereira Júnior: • Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280. Na SP 330 – Rodovia Anhanguera: • Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km). Na SP 334 – Rodovia Cândido Portinari: • Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5. Na SP 345 – Rodovia Engenheiro Ronan Rocha: • Implantação da 2ª pista e recapetamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 35. • Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

**Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias"):** A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8. Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019. A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. **Obras:** Na SP 225 – Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

**Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias"):** A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de concessões e de cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses). A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. **Obras:** Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Toselli: Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira). Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi: Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,2 (Araras/Rio Claro). Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira: Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira) – Divisa com o Estado de Minas Gerais). Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras: De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª, readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi.

**Vianorte S.A. ("Vianorte"):** A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sorתיãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 – Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes. A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira • Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 – Sorתיãozinho/Bebedouro. • Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 – Contorno Vianorte Sul. • Construção de dispositivos de acessos/retornos. • Construção de passarelas entre o km 334 + 880 e o km 337 + 790 – Sorתיãozinho. • Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480. • Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento). • Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100. SP 330 Rodovia Anhanguera • Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra. • Construção do posto de suporte ao usuário em Orliândia no km 366 + 150. • Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Caçala no km 319 + 650. SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto • Construção de passarela km 8+550. • Construção de gênero de aço km 6+400. • Construção de dispositivo km 8+300. Em decorrência desses contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão",

conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Os concessionários estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2012 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	2012				Total
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	
Previsão de	Previsão de	Previsão de	Previsão de	Previsão de	
2012 a 2018	2012 a 2019	2012 a 2028	2012 a 2018	2012 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	46.378	20.626	420.000	31.319	518.323
Conserva especial	245.737	174.296	273.135	155.472	848.640
	292.115	194.922	693.135	186.791	1.366.963

|--|



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional. (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. **Determinação das receitas de construção:** Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas do Grupo Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

**4.10. Arrendamento mercantil:** A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

**4.11. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

**4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente:** Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: • Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2012, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. • Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2012. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. • Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações. Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
<b>Circulantes</b>		
Provisão para investimentos em rodovias – real	58.214	60.491
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	56.336	58.535
Efeito do ajuste a valor presente	1.878	1.956
Provisão para manutenção em rodovias – real	83.310	39.058
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	80.614	37.796
Efeito do ajuste a valor presente	2.696	1.262
Credores pela concessão em rodovias – real (*)	69.575	65.730
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	67.932	64.096
Efeito do ajuste a valor presente	1.825	1.634
<b>Não circulantes</b>		
Provisão para investimentos em rodovias – real	66.012	8.109
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	54.905	6.575
Efeito do ajuste a valor presente	11.107	1.534
Provisão para manutenção em rodovias – real	317.490	237.450
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	252.115	183.124
Efeito do ajuste a valor presente	65.375	54.326
Credores pela concessão em rodovias – real (*)	303.234	344.515
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	258.691	287.196
Efeito do ajuste a valor presente	44.543	57.319

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15. A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

**4.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas:** Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 – Modificações nas IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração"	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 – Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 – Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) – Modificações nas IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) – Modificações nas IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1 – Modificações nas IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 – Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 – Custos de produção	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 – Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação – Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do "International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC" listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 – Modificações nas IFRS 1	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 – Modificações nas IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 – modificações nas IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM: • CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11); • CPC 33 (R1) – Benefi-

cios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada); • CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10); • CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); • CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13). Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

#### 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por:

	2012	2011	2012	2011
Caixa e contas bancárias	109	201	18.154	19.888
Aplicações financeiras (*)	11.310	18.247	663.273	1.158.574
Total	11.419	18.448	681.437	1.178.454

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	2012	2011	2012	2011
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	–	–	6.548	8.151
Debêntures compromissadas	–	–	56.373	1.396
Fundos de investimentos	11.310	18.247	600.352	1.149.027
Total	11.310	18.247	663.273	1.158.574

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,79% da variação do CDI no período.

#### 6 Contas a Receber

Estão representadas por:

	2012	2011	Consolidado
Pedágio eletrônico a receber (*)	102.922	91.376	
Cupons de pedágio a receber	6.371	5.104	
Cartões de pedágio a receber	1.880	1.059	
Receitas acessórias a receber	471	182	
Arrecadação de cartão de crédito	–	918	
Outras	–	520	
	111.014	99.159	

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(\*) Conforme nota explicativa nº 24b.

#### 7 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Estão representados por:

	2012	2011	Consolidado	
Ativo não circulante				
Bases do ativo diferido:				
Prejuízo fiscal (a)	25.215	24.773		
Provisão de participação nos lucros	4.406	4.339		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	8.215	4.684		
Direito de concessão incorporado (e)	(22.682)	(25.494)		
Mudança de prática contábil (c)	(12.219)	(5.992)		
Ágio incorporado da SPR (d)	18.620	25.392		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (f)	7.902	–		
Provisão para manutenção	277.955	192.940		
Provisão para investimentos	2.785	2.619		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	32.538	21.077		
Ajuste dos encargos financeiros	11.982	4.170		
Estorno de capitalização de juros	566	476		
Base de cálculo	355.283	248.984		
Alíquota nominal	34%	34%		
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	120.796	84.655		
			Consolidado	
			2012	2011

Passivo não circulante

Bases do passivo diferido:

Provisão de participação nos lucros (1.573) (1.145)

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b) (850) (220)

Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (f) 48.119 28.028

Provisão para manutenção (49.153) (27.557)

Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas. 161.441 97.622

Ajuste dos encargos financeiros (2.860) (7.575)

Estorno de capitalização de juros (131) 125

Base de cálculo 154.993 88.828

Alíquota nominal 34% 34%

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos 52.698 30.202

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções. (c) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente. (d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR – Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010. (e) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" da LALLUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano. (f) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas e traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Ativo
Ativo não Circulante	
2013	13.555
2014	17.401
2015	17.966
2016	39.463
Após de 2017	32.411
	120.796
Exercício a findar-se em	Passivo
Passivo Não Circulante	
2013	771
2014	1.863
2015	1.934
2016	42.145
Após de 2017	5.985
	52.698

#### 8 Aplicações Financeiras Vinculadas

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações: **Debêntures – Sinking Fund:** Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, essas aplicações foram remuneradas em média 99,53% da variação do CDI. **BNDES:** As concessionárias federais devem depositar, em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As controladas da Sociedade devem manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2012, essas aplicações foram remuneradas em média a 100,45% da variação do CDI. Os valores dessas aplicações são como segue:

	Consolidado			
	2012	Não Circulante	2011	Não Circulante
Debêntures BNDES	63.299	36	67.132	52
	–	69.540	–	55.985
	63.299	69.576	67.132	56.037

#### 9 Investimentos em Controladas e Coligadas

Informações trimestrais – controladora: Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

	2012						
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro (prej.)
Autovias	125.040.451	100%	173.743	674.539	500.796	301.038	78.524
Centrovias	101.483.834	100%	120.476	555.048	434.572	284.069	74.811
Intervias	4.352.285	100%	190.702	682.318	491.616	315.255	116.806
Vianorte	1.132.038	100%	123.902	593.205	469.303	253.968	24.632
Planalto Sul	159.417.662	100%	162.982	493.506	330.524	224.643	– 8.710
Fluminense	75.093.127	100%	119.083	576.642	457.559	324.829	21.497
Fernão Dias	258.001.000	100%	256.939	1.058.862	801.923	464.627	3.116
Régis Bittencourt	116.095.172	100%	257.830	1.117.041	859.211	385.997	47.751
Litoral Sul	188.355.403	100%	247.035	819.377	572.342	370.934	14.279
Paulista (*)	500.000	100%	2.037	9.563	7.526	28.767	113
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	4.066	110.680	70.614	403.180	22.221
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	13.899	18.535	4.636	39.955	9.283

(\*) Cotas.

	2011						
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro
Autovias	125.040.451	100%	180.274	757.355	577.081	252.136	66.256
Centrovias	101.483.834	100%	125.100	625.893	500.793	254.478	64.355
Intervias	4.352.285	100%	196.981	843.302	649.321	291.359	95.112
Vianorte	1.132.038	100%	131.740	606.972	519.232	2	

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/dividendos	Equivalência Patrimonial do Exercício	Saldos em 31/12/2012
Autovias	180.274	–	(85.055)	78.524	173.743
Centrovias	125.100	3.640	(83.075)	74.811	120.476
Intervias	196.981	–	(123.085)	116.806	190.702
Vianorte	131.740	–	(32.470)	24.632	123.902
Planalto Sul	123.807	47.885	–	(8.710)	162.982
Fluminense	88.196	14.495	(5.105)	21.497	119.083
Fernão Dias	223.823	30.000	–	3.116	256.939
Régis Bittencourt	208.575	12.841	(11.343)	47.757	257.830
Litoral Sul	116.029	120.119	(3.392)	14.279	247.035
Paulista	1.924	–	–	113	2.037
Latina Manutenção	22.845	–	(5.000)	22.221	40.066
Latina Sinalização	4.616	–	–	9.283	13.899
<b>Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.</b>	1.034	–	–	–	1.034
Outros investimentos	19	–	–	–	19
<b>Total</b>	<b>1.424.963</b>	<b>228.980</b>	<b>(348.525)</b>	<b>404.329</b>	<b>1.709.747</b>

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Saldo em 31/12/2010	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/dividendos	Equivalência Patrimonial do Exercício	Saldos em 31/12/2011
Autovias	145.083	–	(34.065)	66.256	180.274
Centrovias	102.884	–	(42.139)	64.355	125.100
Intervias	197.474	–	(95.605)	95.112	196.981
Vianorte	111.137	–	(6.417)	27.020	131.740
Planalto Sul	36.034	84.932	–	(884)	123.807
Fluminense	70.938	2.472	(4.605)	19.391	88.196
Fernão Dias	191.275	15.000	–	17.548	223.823
Régis Bittencourt	130.216	37.134	(12.841)	54.066	208.575
Litoral Sul	52.848	46.740	(5.121)	21.562	116.029
Paulista	3.709	–	(5.500)	3.715	1.924
Latina Manutenção	11.089	–	(14.000)	25.756	22.845
Latina Sinalização	4.841	250	(3.250)	2.775	4.616
<b>Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.</b>	1.034	–	–	–	1.034
Outros investimentos	19	–	–	–	19
<b>Total</b>	<b>1.061.581</b>	<b>186.528</b>	<b>(224.427)</b>	<b>401.281</b>	<b>1.424.963</b>

	Saldo em 31/12/2010	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/dividendos	Equivalência Patrimonial do Exercício	Saldos em 31/12/2011
Autovias	145.083	–	(34.065)	66.256	180.274
Centrovias	102.884	–	(42.139)	64.355	125.100
Intervias	197.474	–	(95.605)	95.112	196.981
Vianorte	111.137	–	(6.417)	27.020	131.740
Planalto Sul	36.034	84.932	–	(884)	123.807
Fluminense	70.938	2.472	(4.605)	19.391	88.196
Fernão Dias	191.275	15.000	–	17.548	223.823
Régis Bittencourt	130.216	37.134	(12.841)	54.066	208.575
Litoral Sul	52.848	46.740	(5.121)	21.562	116.029
Paulista	3.709	–	(5.500)	3.715	1.924
Latina Manutenção	11.089	–	(14.000)	25.756	22.845
Latina Sinalização	4.841	250	(3.250)	2.775	4.616
<b>Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.</b>	1.034	–	–	–	1.034
Outros investimentos	19	–	–	–	19
<b>Total</b>	<b>1.061.581</b>	<b>186.528</b>	<b>(224.427)</b>	<b>401.281</b>	<b>1.424.963</b>

	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2012
Autovias	145.083	180.274	173.743
Centrovias	102.884	125.100	120.476
Intervias	197.474	196.981	190.702
Vianorte	111.137	131.740	123.902
Planalto Sul	36.034	123.807	162.982
Fluminense	70.938	88.196	119.083
Fernão Dias	191.275	223.823	256.939
Régis Bittencourt	130.216	208.575	257.830
Litoral Sul	52.848	116.029	247.035
Paulista	3.709	1.924	2.037
Latina Manutenção	11.089	22.845	40.066
Latina Sinalização	4.841	4.616	13.899
<b>Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.</b>	1.034	1.034	1.034
Outros investimentos	19	19	19
<b>Total</b>	<b>1.061.581</b>	<b>1.424.963</b>	<b>1.709.747</b>

	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2012
Autovias	145.083	180.274	173.743
Centrovias	102.884	125.100	120.476
Intervias	197.474	196.981	190.702
Vianorte	111.137	131.740	123.902
Planalto Sul	36.034	123.807	162.982
Fluminense	70.938	88.196	119.083
Fernão Dias	191.275	223.823	256.939
Régis Bittencourt	130.216	208.575	257.830
Litoral Sul	52.848	116.029	247.035
Paulista	3.709	1.924	2.037
Latina Manutenção	11.089	22.845	40.066
Latina Sinalização	4.841	4.616	13.899
<b>Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.</b>	1.034	1.034	1.034
Outros investimentos	19	19	19
<b>Total</b>	<b>1.061.581</b>	<b>1.424.963</b>	<b>1.709.747</b>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada. (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaiss a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

## 12 Empréstimos e Financiamentos

Estão representados por:

	Encargos anuais	Consolidado	2012	2011
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a.	99.538	46.848	
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	6.976	6.931	
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	2.559	5.342	
Financiamento de Veículos (d)	16,63 a.a. pré fixada	72	90	
		109.145	59.211	
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a.	1.863.608	1.451.713	
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	7.551	4.443	
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	3.128	14.838	
Financiamento de Veículos (d)	16,63 a.a. pré fixada	42	142	
		1.874.329	1.471.136	
		1.983.474	1.530.347	

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens. (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens. As linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais, contribuíram com a estratégia da Sociedade de alongar o perfil de sua dívida.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas a longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2012	2011
2014	117.782	
2015	131.153	
2016	136.017	
Após 2016	1.489.377	
	1.874.329	
	1.983.474	

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes: (a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento. (b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT. (c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM. (d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório em pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados; (e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos. (f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES. (g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação

## 10 Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Edifícios	Controladora Benefícios em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>						
Saldo em 31/12/2010	2.156	2.782	1.719	1.583	586	8.826
Adições	161	–	63	628	–	852
Alienações/baixas	(18)	–	–	(159)	–	(177)
Saldo em 31/12/2011	2.299	2.782	1.782	2.052	586	9.501
Adições	290	–	441	459	–	1.190
Alienações/baixas	–	–	(20)	(229)	–	(249)
Saldo em 31/12/2012	2.589	2.782	2.203	2.282	586	10.442

## Depreciação acumulada

	(659)	(728)	(1.212)	(551)	–	(3.150)
Saldo em 31.12.2010	(659)	(728)	(1.212)	(551)	–	(3.150)
Depreciações/amortizações	(204)	(112)	(255)	(307)	–	(878)
Transferências/Reclassificações	–	–	–	–	–	–
Alienações/baixas	5	–	–	30	–	35
Saldo em 31/12/2011	(858)	(840)	(1.467)	(828)	–	(3.993)
Depreciações/amortizações	(283)	(112)	(375)	(349)	–	(1.119)
Transferências/Reclassificações	(698)	–	–	698	–	–
Alienações/baixas	132	–	–	27	–	159
Saldo em 31/12/2012	(1.707)	(952)	(1.842)	(452)	–	(4.953)

## Imobilizado líquido

	1.441	1.942	315	1.224	586	5.508
Saldo em 31/12/2011	1.441	1.942	315	1.224	586	5.508
Saldo em 31/12/2012	882	1.830	361	1.830	586	5.489
Taxas de depreciação – %	9,15	4	5,8	6,5		

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2010	7.665	9.459	2.221	5.283	13.663	7.754	586	16.356	1.676	1.061	65.724
Adições	1.359	2.002	811	1.478	280	3.349	–	3.373	630	3.097	16.379
Transferências/Reclassificações	(2.327)	(92)	(22)	9	1.092	733	–	1.959	–	(3.810)	(2.458)
Alienações/baixas	(62)	(303)	(289)	(88)	–	–	–	(159)	–	–	(1.192)
Saldo em 31/12/2011	6.635	11.066	2.721	6.682	17.813	8.767	586	21.688	2.147	348	78.453
Adições	1.381	–	–	523	736	584	–	1.942	484	168	5.818
Transferências/Reclassificações	7.684	(11.066)	(2.721)	1.188	137	3.308	–	2.714	–	(328)	916
Alienações/baixas	(444)	–	–	(1.805)	(1.069)	(66)	–	(65)	(229)	46	(3.632)
Saldo em 31/12/2012	15.256	–	–	6.588	17.617	12.593	586	26.279	2.402	234	81.555
Depreciação acumulada	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.642)	(3.365)	(886)	–	(2.098)	(568)	–	(17.609)
Depreciações/amortizações	(277)	(1.016)	(306)	(1.054)	(2.407)	(477)	–	(3.078)	(314)	–	(8.929)
Transferências/Reclassificações	–	102	–	8	(1)	–	–	–	–	–	110
Alienações/baixas	29	247	70	84	132	–	–	–	30	–	592
Saldo em 31/12/2011	(2.130)	(5.529)	(1.541)	(3.604)	(5.641)	(1.363)	–	(5.176)	(852)	–	(25.836)
Depreciações/amortizações	(1.725)	–	–	(1.542)	(3.227)	(1.099)	–	(2.995)</			



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade e de suas controladas. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 15 Credores pela Concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos a DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em Junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Conforme comentado na nota explicativa nº 2, em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o equilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Autovias	Direito de outorga	6.820	6.431	7.004	6.603
	Parcela variável (a)	760	720	760	720
Centrovias	Direito de outorga	10.204	9.623	10.479	9.881
	Parcela variável (a)	821	747	821	747
Intervias	Direito de outorga	6.272	5.988	6.521	6.149
	Parcela variável (b)	942	885	942	884
Vianorte	Direito de outorga	41.396	39.042	42.513	40.086
	Parcela variável (a)	717	660	717	660
<b>Total</b>		<b>67.932</b>	<b>64.096</b>	<b>69.757</b>	<b>65.730</b>

		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		2012	2011	2012	2011
<b>Não circulante</b>					
Autovias	Direito de outorga	28.483	31.338	33.509	37.740
Centrovias	Direito de outorga	40.570	45.082	47.449	53.976
Intervias	Direito de outorga	33.447	35.299	40.672	43.926
Vianorte	Direito de outorga	156.191	175.477	181.604	208.873
<b>Total</b>		<b>258.691</b>	<b>287.196</b>	<b>303.234</b>	<b>344.515</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

		Parcelas		
		Circulante	Não circulante	Total
		2012	2011	2012
Autovias	12	56	68	
Centrovias	12	53	65	
Intervias	12	73	85	
Vianorte	12	50	62	

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ao Poder Concedente estão assim representados:

		Outorga		
		Fixa	Variável	Valor pago
		2012	2011	2012
Autovias		6.688	8.860	15.548
Centrovias		10.005	9.214	19.219
Intervias		6.227	11.046	17.273
Vianorte		40.595	8.098	48.693
<b>Total</b>		<b>63.515</b>	<b>37.218</b>	<b>100.733</b>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

2014	68.195
2015	68.195
2016	68.195
Após 2016	98.649
	<b>303.234</b>

#### 16 Provisões

**Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas. A Administração constitui, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas. A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são conforme segue:

	2011	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	2012
Cíveis	2.404	3.510	(746)	(557)	13	4.624
Trabalhistas	3.255	3.046	(330)	(419)	–	5.552
Fiscais	(3)	3	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>5.656</b>	<b>6.559</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(976)</b>	<b>13</b>	<b>10.176</b>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$6.281 e R\$4.275, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.539, R\$2.656 respectivamente em 31 de dezembro de 2011). Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

**Provisão para manutenção e investimentos:** A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 2 e nº 4. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são conforme seguem:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
	2012	2011	2012	2011
Saldos em 2011	37.796	58.535	183.124	6.575
Adições	30.614	9.150	198.503	40.351
Utilizações	(117.308)	(3.105)	–	(265)
Transferências	129.512	(8.244)	(129.512)	8.244
Saldos em 2012	<b>80.614</b>	<b>56.336</b>	<b>252.115</b>	<b>54.905</b>

Os pagamentos efetuados no exercício, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$141.066.

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
	2012	2011	2012	2011
Saldos em 2010	38.990	9.474	124.331	54.840
Adições	1.771	147	167.208	2.461
Utilizações	(111.041)	(1.610)	(339)	(202)
Transferências	108.076	50.524	(108.076)	(50.524)
Saldos em 2011	<b>37.796</b>	<b>58.535</b>	<b>183.124</b>	<b>6.575</b>

#### 17 Patrimônio Líquido

a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$679.970 (R\$592.124 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 344.444 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	2012	
	Quantidade de ações subscritas	Participação – %
	2012	2011
Participes em Brasil S.L.	206.666.695	60,00
Conselho de Administração	505	0,00
Outros	137.777.240	40,00
<b>Total</b>	<b>344.444.440</b>	<b>100,00</b>

	2011	
	Quantidade de ações subscritas	Participação – %
	2011	2010
Participes em Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.543.100	12,40
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	4.228.600	6,14
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	107	0,00
Outros	11.339.310	16,46
<b>Total</b>	<b>68.888.888</b>	<b>100,00</b>

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 25 de abril de 2012, a proposta da Administração para o desdobramento da totalidade das suas ações ordinárias na proporção de 1:5 de forma que cada ação ordinária passará a ser representada por 5 ações ordinárias pós-desdobramento. Com isto, o capital social da Companhia passou a ser representado por 344.444.440 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O crédito das ações decorrentes do desdobramento ocorreu no dia 02 de maio de 2012, na instituição financeira escrituradora da Companhia, considerando a posição acionária do dia 25 de abril de 2012. Nesta mesma assembleia, os acionistas aprovaram aumento de capital social, mediante a capitalização de lucros, no valor de R\$87.845.386,61, passando o capital social a R\$679.969.520,61 dividido em 344.444.440 ações ordinárias, sem emissão de novas ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):**  
**Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido

do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	389.251	390.424
Reserva legal de 5%	(19.462)	(19.521)
Base de cálculo	369.789	370.903
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
<b>Total</b>	<b>92.447</b>	<b>92.726</b>

Dividendos Antecipados (72.333) (74.917)  
 Dividendos Propostos 20.114 17.809  
 Dividendos por ação 0,26839 1,34602

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2012, totalizando R\$ 92.446 mil a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$ 102.486 em 31 de Dezembro de 2011).

#### 18 Receitas

Estão representadas por:

	2012	2011
Receita de serviços prestados	2.107.839	1.898.802
Receita de serviços de construção	1.117.137	896.233
Outras receitas	102.946	104.591
<b>Total</b>	<b>3.327.922</b>	<b>2.899.626</b>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	2012	2011
Receita bruta	3.327.922	2.899.626
ISSQN	(122.371)	(109.055)
PIS	(15.009)	(13.179)
COFINS	(67.047)	(60.817)
Outras deduções	(4.698)	(4.455)
Receita líquida	<b>3.118.797</b>	<b>2.712.120</b>

#### 19 Custos e Despesas por Natureza

Estão representadas por:

	2012	2011
Custos:		
Custo de construção	1.117.137	896.233
Com pessoal	121.391	104.446
Serviços de terceiros	149.472	149.865
Depreciação/amortização	222.259	185.224
Custos com poder concedente	37.446	33.745
Seguros/garantias	18.536	13.573
Conservação	102.321	92.068
Provisão de Manutenção em rodovias	235.956	183.125
Taxa fiscalização	34.673	32.602
Outros	66.379	60.917
<b>Total</b>	<b>2.105.570</b>	<b>1.751.798</b>

	2012	2011
<b>Despesas</b>		
Com pessoal	65.075	58.462
Serviços de terceiros	37.155	30.753
Depreciação/amortização	19.260	18.748
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.902	(2.488)
Seguros/garantias	2.229	7.111
Despesas com projetos	–	1.815
Consumos	12.314	6.505
Transportes	2.689	2.804
Outros	24.000	26.889
<b>Total</b>	<b>167.624</b>	<b>150.599</b>

	2012	2011
<b>Despesas</b>		
Com pessoal	4.525	6.292
Serviços de terceiros	3.489	2.624
Depreciação/amortização	1.328	1.012
Seguros/garantias	40	70
Despesas com projetos	–	1.815
Consumos	510	561
Transportes	268	218
Outros	5.319	3.926
<b>Total</b>	<b>15.479</b>	<b>16.518</b>

#### 20 Resultado Financeiro

	2012	2011
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros ativos	46.099	59.050
Aplicações financeiras	4.101	4.210
Outras receitas	16	6
Total receitas	<b>50.216</b>	<b>63.266</b>

	2012	2011
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos financeiros	(45.954)	(55.386)
Outras despesas	(286)	(41)
<b>Total despesas</b>	<b>(46.240)</b>	<b>(55.427)</b>

	2012	2011
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros ativos	1.032	5.928
Aplicações financeiras	89.427	145.249
Encargos Financeiros – reversão de ajuste a valor presente	11.267	2.923
Outras receitas	840	2.410
<b>Total receitas</b>	<b>102.566</b>	<b>156.510</b>

	2012	2011
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos financeiros	(263.613)	(305.752)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(37.299)	(34.683)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(26.719)	(7.831)
Outras despesas	(12.304)	(15.392)
<b>Total despesas</b>	<b>(339.935)</b>	<b>(363.658)</b>

#### 21 Demonstração dos Fluxos de Caixa

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

**b) Informações suplementares**

	2012	2011
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, caução contratual e obrigações fiscais	152	29.248
Integralização de Capital	38.145	93.162
Juros Capitalizados	28.882	12.716

#### 22 Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**b) Balanços por segmento**

	2012				2011				
	Con-cessão	Cons-trução	Total	Elimina-ções e "holding"	Con-cessão	Cons-trução	Total	Elimina-ções e "holding"	Saldo conso-lidado
<b>Ativo</b>									
<b>Circulantes</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	646.862	23.156	670.018	11.419	1.151.090	8.916	1.160.006	18.448	1.178.454
Contas a receber	111.014	–	111.014	–	99.086	73	99.159	–	99.159
Aplicações financeiras vinculadas	63.299	–	63.299	–	67.132	–	67.132	–	67.132
Contas a receber partes relacionadas	170.949	65.179	236.128	(236.038)	129.726	34.451	164.177	(164.083)	94
Outros circulantes	22.036	11.379	33.415	10.650	23.827	11.072	34.899	10.595	45.494
<b>Total circulantes</b>	<b>1.014.160</b>	<b>99.714</b>	<b>1.113.874</b>	<b>(213.969)</b>	<b>1.470.861</b>	<b>54.512</b>	<b>1.525.373</b>	<b>(135.040)</b>	<b>1.390.333</b>
<b>Não circulantes</b>									
Aplicações financeiras vinculadas	69.576	–	69.576	–	56.037	–	56.037	–	56.037
Contas a receber partes relacionadas	371.000	–	371.000	(371.000)	356.000	–	356.000	(356.000)	–
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	118.655	2.141	120.796	–	82.885	1.770	84.655	–	84.655
Outros não circulantes	9.966	322	10.288	5.989	10.306	122	10.428	5.487	15.915
Imobilizado	13.870	27.849	41.719	5.489	14.975	32.134	47.109	5.508	52.617
Intangível	4.885.308	8.752	4.894.060	598	3.924.569	9.711	3.934.280	446	3.934.726
Diferido	88.003	–	88.003	(88.003)	102.318	–	102.318	(102.318)	–
<b>Total não circulantes</b>	<b>5.556.378</b>	<b>39.064</b>	<b>5.595.442</b>	<b>(446.927)</b>	<b>4.547.090</b>	<b>43.737</b>	<b>4.590.827</b>	<b>(446.877)</b>	<b>4.143.950</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>6.570.538</b>	<b>138.778</b>	<b>6.709.316</b>	<b>(660.896)</b>	<b>6.017.951</b>	<b>98.249</b>	<b>6.116.200</b>	<b>(581.917)</b>	<b>5.534.283</b>
<b>Passivos</b>									
<b>Circulantes</b>									
Empréstimos e financiamentos	103.135	6.010	109.145	–	53.447	5.764	59.211	–	59.211
Debêntures	363.641	–	363.641	–	367.121	–	367.121	–	367.121
Fornecedores	85.566	23.062	108.628	716	93.171	19.159	112.330	1.211	113.541
Obrigações sociais e fiscais	98.515	26.071	124.586	8.743	83.449	20.553	104.002	8.428	112.430
Cretores pela concessão	67.932	–	67.932	–	64.096	–	64.096	–	64.096
Dividendos Propostos	19.840	–	19.840	274	50.919	–	50.919	(33.110)	17.809
Provisão Manutenção/Investimentos	136.950	–	136.950	–	96.331	–	96.331	–	96.331
Sinistros recebidos	54.658	–	54.658	–	72.154	–	72.154	–	72.154
Outros circulantes	261.559	13.197	274.756	(224.202)	201.730	3.304	205.034	(162.247)	42.787
<b>Total circulantes</b>	<b>1.191.796</b>	<b>68.340</b>	<b>1.260.136</b>	<b>(214.469)</b>	<b>1.082.418</b>	<b>48.780</b>	<b>1.149.290</b>	<b>(185.718)</b>	<b>945.480</b>
<b>Não circulantes</b>									
Empréstimos e financiamentos	1.864.443	9.886	1.874.329	–	1.456.157	14.979	1.471.136	–	1.471.136
Debêntures	887.537	–	887.537	–	1.200.974	–	1.200.974	–	1.200.974
Cretores pela concessão	258.691	–	258.691	–	287.196	–	287.196	–	287.196
Provisão manutenção/investimento	307.020	–	307.020	–	189.699	–	189.699	–	189.699
Outros não circulantes	408.359	4.550	412.909	(344.817)	406.982	5.105	412.087	(370.740)	41.347
<b>Total não circulantes</b>	<b>3.726.050</b>	<b>14.436</b>	<b>3.740.486</b>	<b>(344.817)</b>	<b>3.541.008</b>	<b>20.084</b>	<b>3.577.088</b>	<b>(370.740)</b>	<b>3.190.352</b>
<b>Total dos passivos</b>	<b>6.570.538</b>	<b>138.778</b>	<b>6.709.316</b>	<b>(660.896)</b>	<b>6.017.951</b>	<b>98.249</b>	<b>6.116.200</b>	<b>(581.917)</b>	<b>5.534.283</b>

**26 Garantias e Seguros**

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização – estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Garantia	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	25.000	25.000	25.000	25.000
	Garantia de execução do Contrato de Concessão	87.651	114.707	139.858	123.823
		Limites de indenização – federais			
		Planalto Sul	Fluminese	Fernão Dias	Régis Bittencourt
Garantia	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	30.000	30.000	30.000	30.000
	Garantia de execução do contrato de concessão	45.987	66.634	117.408	125.236
		Planalto Sul	Fluminese	Fernão Dias	Régis Bittencourt
		180.000	180.000	180.000	180.000
		30.000	30.000	30.000	30.000
		45.987	66.634	117.408	125.236

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$51.750.

**27 Eventos Subsequentes**

**Autopista Planalto Sul:** No dia 28 de janeiro de 2013 a Controlada celebrou contrato de mútuo com sua Controladora Arteris S.A. no valor de R\$ 25 milhões, prazo de pagamento de três anos e taxa de juros de 1,71% a.a. mais CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os valores captados através do referido contrato serão destinados ao financiamento dos investimentos na infraestrutura rodoviária que a Controlada fará no decorrer do ano de 2013.

**Concessionárias Federais:** A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Conselho de Administração**

Conselheiros		Conselheiros		Conselheiros		Conselheiros	
<b>Sérgio Silva de Freitas</b> <i>Presidente do Conselho (Independente)</i>	<b>Francisco Miguel Reynés Massanet</b> <b>Marta Casas Caba</b>	<b>Marcos Pinto Almeida</b> <b>Luiz Ildefonso Simões Lopes</b>	<b>Francisco José Aljaro Navarro</b> <b>David Antonio Díaz Almazan</b>	<b>Benjamin Michael Vaughan</b> <b>José Carlos Ferreira de Oliveira Filho</b>	<b>Pedro Luiz Cerize</b> <i>Conselheiro (Independente)</i>		

**Diretoria**

<b>José Carlos Ferreira de Oliveira Filho</b> <i>Diretor Presidente</i>	<b>Felipe Ezquerria Plasencia</b> <i>Diretor Vice-Presidente</i>	<b>Alessandro Scotoni Levy</b> <i>Diretor de Relações com Investidores</i>	<b>Marcio Augusto Travain</b> <i>Diretor Administrativo Financeiro</i>	<b>Maria de Castro Michelin</b> <i>Diretora Jurídica</i>	<b>Luis Manuel Eusébio Iñigo</b> <i>Diretor</i>	<b>Paulo Pacheco Fernandes</b> <i>Diretor</i>	<b>Rodney Monteiro Meles</b> CRC 1SP 132.178/O-5
--	---	---	---	---	--	--	---

**Parecer do Conselho Fiscal**

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **ARTERIS S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes BDO Auditores Independentes, por unanimidade **opina favoravelmente** à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 25 de abril de 2013, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$389.250.000,94 (trezentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta mil e noventa e quatro centavos), sendo (i) R\$19.462.500,05 (dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos reais e cinco centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$92.446.875,22 (noventa e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2012, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, dos quais R\$72.333.332,40 (setenta e dois milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) já foram distribuídos em 29 de outubro de 2012, remanescendo R\$20.113.542,82 (vinte milhões, cento e treze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois cen-

tavos) para distribuição aos acionistas da Companhia; (iii) R\$92.446.875,22, (noventa e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos) destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia; e (iv) R\$184.893.750,45 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. No entanto, caso sejam aprovadas, sem ressalvas, as destinações ora propostas, o valor das reservas de lucros ultrapassará o valor do capital social, ficando em desacordo com o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. Por tal razão, os conselheiros recomendam também a capitalização de parte do saldo das reservas que vier a exceder o capital social da companhia, no montante estimado de R\$92.446.875,22 (noventa e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

São Paulo, 04 de março de 2013.

**Carlos Eduardo de Abreu Sodré**  
*Conselheiro Fiscal*
**Luiz Péricles Muniz Michielin**  
*Conselheiro Fiscal*
**Eduardo Cysneiros de Moraes**  
*Conselheiro Fiscal*
**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

**Arteris S.A.**  
 São Paulo - SP
**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Arteris S.A.** ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas

demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Arteris S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Arteris S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da **Arteris S.A.**, diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à

avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliadas ao custo ou valor justo, e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as Demonstrações, individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 05 de março de 2013

**BDO** BDO RCS Auditores Independentes  
 CRC 2SP 013.846/O-1

**Paulo Sérgio Tufani**  
 Contador – CRC 1SP 124.504/O-9  
**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
 Contador – CRC 1SP 139268/O-6